

Jornal do

FEDERAL

Conselho Federal de Psicologia - Ano XX nº 87 - agosto 2007



45 anos

A Psicologia brasileira se organizando forte

**27 de agosto é dia de comemorar o
projeto coletivo da profissão!**

**Eleições no Sistema Conselhos: construindo a democracia e
fortalecendo a Psicologia brasileira**
pág. 3

Nossa sociedade atravessa um momento rico em questões que nos desafiam: redução da maioridade penal, Conferência Nacional de Comunicação Social, classificação indicativa, democratização e questões do trânsito, direitos humanos e suas várias frentes: mulheres, idosos, negros e índios; violência e relações sociais esgarçadas; educação inclusiva, reforma universitária e desafios na qualificação do ensino básico; reforma psiquiátrica; drogas e a política de redução de danos. Todas essas questões estão postas no campo das políticas públicas e a sociedade tem buscado se organizar para responder a elas. E nós, psicólogos, o que temos a ver com isto?

Manifestações em jornais e revistas chegam a dizer que não temos nada com isto. Mas nós sabemos que temos. O VI Congresso Nacional da Psicologia, que ocorreu em junho de 2007, em Brasília, e reuniu 145 delegados de todo o país, afirmou em suas deliberações que os psicólogos querem que seus Conselhos (Federal e Regionais) não se omitam e se posicionem sobre todas essas questões e sobre outras tantas mais.

Os psicólogos não querem mais o lugar social de uma categoria profissional de elite, que se omitiu frente a muitos problemas e situações sociais graves. Os psicólogos querem manter com a sociedade brasileira um outro compromisso: querem estar aliados e atentos aos interesses e urgências que atingem a maioria da população. A desigualdade social em nosso país nos levou a este novo lugar, obrigando-nos a abrir os olhos para as diferentes situações cotidianas das diferentes pessoas que necessitam e procuram nossa colaboração profissional. Nossas conquistas por espaços nos serviços públicos e nossa participação nas definições e controles das políticas públicas também foram fundamentais para sairmos do lugar histórico onde nos encontrávamos e, hoje, colocarmos-nos em espaços que buscam, a partir da contribuição de diferentes saberes, construir um mundo melhor.

O VI Congresso Nacional da Psicologia disse isso, quando aprovou diretrizes, para o Sistema Conselhos de Psicologia, que indicam atuações contra a redução da maioridade penal; pela democratização da comunicação; pelo fortalecimento de nossa participação na construção e desenvolvimento de políticas públicas em diversas frentes; pelo fortalecimento do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. As decisões abrangem todas as áreas: saúde e saúde mental; trânsito; esporte; Psicologia Jurídica; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia Educacional; Assistência Social e outras. As populações que devem merecer nossa atenção também são diversas: criança e adolescente, idosos, mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência e outros. As questões são muitas: drogas, mídia, diversidade sexual, sistema prisional, direitos humanos, questão racial... Os temas foram inúmeros; as decisões, amplas e convergentes para a idéia de se organizar e qualificar os psicólogos para que possam contribuir na solução de problemas sociais importantes.

Neste momento, passado o VI CNP, os psicólogos vão agora às urnas. 27 de agosto aproxima-se. Nessa data, de comemoração dos 45 anos da regulamentação da profissão, a categoria vai votar em grupos que devem gerir os Conselhos Regionais e o Federal nos próximos três anos. As chapas deverão apresentar suas plataformas de trabalho para que os psicólogos possam identificar ali as decisões tomadas pelos seus representantes no VI CNP e possam ainda conhecer o projeto que está posto por cada grupo.

Escolher os gestores para o Sistema Conselhos de Psicologia é escolher um projeto de profissão. Votar é participar dos rumos da Psicologia no país. 27 de agosto é "Dia do Psicólogo" e nós vamos comemorá-lo decidindo, em um pleito democrático, a cara que queremos para a entidade e qual projeto profissional queremos ver executado.

Expediente

DIRETORIA

Ana Mercês Bahia Bock
Presidente
Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Vice-presidente
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Secretária
Odair Furtado
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Adriana Alencar Gomes Pinheiro
Alexandra Ayach Anache
Ana Maria Pereira Lopes
Iolete Ribeiro da Silva
Nanci Soares de Carvalho

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Regina Helena de Freitas Campos
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

CONSELHEIROS SUPLENTE

Andréa dos Santos Nascimento
André Isnard Leonardi
Giovani Cantarelli
Maria Christina Barbosa Veras
Maria de Fátima Lobo Boschi
Rejane Maria Oliveira Cavalcanti
Rodolfo Valentim Carvalho Nascimento

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Deusdet do Carmo Martins
Maria Luiza Moura Oliveira

EDIÇÃO

Monalisa Nascimento dos Santos Barros

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Mendes RP 1904/DF

REPORTAGEM

ascom@pol.org.br

ESTAGIÁRIAS DE COMUNICAÇÃO

Ana Carolina Oliveira
Daniele Oliveira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ad People Comunicação

Em dia com a profissão



Vota, Psicologia!

No próximo dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, ocorrem as eleições para as novas composições dos Conselhos Regionais e também a Consulta Nacional para a direção do Conselho Federal de Psicologia – CFP. Nesse dia, os psicólogos de todo o Brasil são chamados a votar, ajudando a definir os rumos da profissão para o próximo triênio no país.

As eleições vão acontecer nos 17 CRP's. No mesmo dia também haverá a Consulta Nacional para o

novo Plenário do CFP. A votação é secreta e obrigatória para todos os psicólogos inscritos nos Conselhos de Psicologia que tenham até 70 anos. Para votar, o psicólogo deve estar em dia com as anuidades até o ano de 2006. Para quem tem mais de 70 anos, o voto é facultativo.

Psicólogo, vote e exerça o seu direito de definir os rumos da profissão para os próximos três anos!

As chapas que concorrem à Consulta Nacional são:

Chapa 21: Cuidar da Profissão

Chapa 22: Consolidação

Veja abaixo as chapas que concorrem em cada Conselho Regional:

CRP-1 (Distrito Federal):

Chapa 11: Psicologia, Psicólogos e Compromisso Social

CRP-2 (PE, Fernando de Noronha):

Chapa 11: Psicologia Viva

CRP-3 (BA, SE):

Chapa-11: Por uma Gestão Democrática: abrindo caminhos

Chapa-12: Mobilizar para Cuidar da Profissão

CRP-4 (MG):

Chapa 11: Cuidar da Profissão

CRP-5 (RJ):

Chapa 11: Nova Era Psi

Chapa 12: Ética e Compromisso Social

CRP-6 (SP):

Chapa 11: Cuidar da Profissão: compromisso social e participação

CRP-7 (RS):

Chapa 11: Plural Psi

Chapa 12: Interação Psi

CRP-8 (PR):

Chapa 11: Chapa nº 1

CRP-9 (GO, TO):

Chapa 11: Pluralidades

Chapa 12: Integração – Psicologia: uma construção coletiva

Chapa 13: Acredito e estou com a Psicologia e você?

CRP-10 (PA, AP):

Chapa 11: Por uma Psicologia com Compromisso Social

CRP-11 (CE, PI, MA):

Chapa 11: Fortalecendo a construção coletiva – movimento para Cuidar Profissão

CRP-12 (SC):

Chapa 11: Movimento para cuidar da profissão

CRP-13 (PB):

Chapa 11: Integração para Ação

CRP-14 (MT, MS):

Chapa 11: Cuidar da Profissão

CRP-15 (AL):

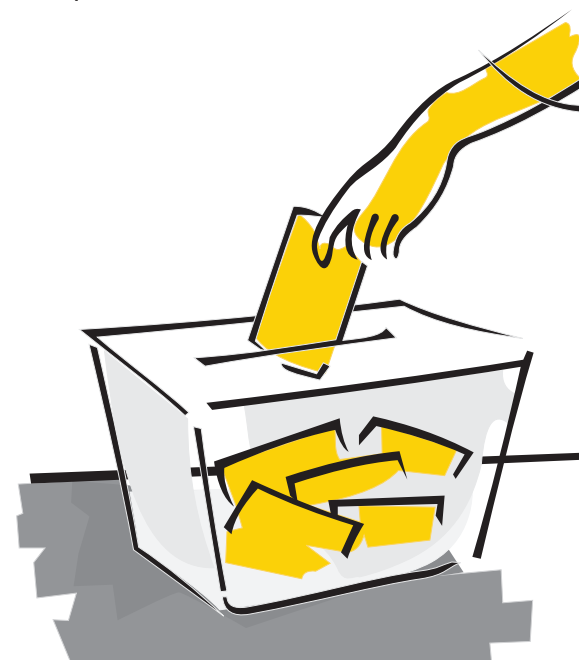
Chapa 11: Ética e Compromisso Social

CRP-16 (ES):

Chapa 11: Diálogo e Ação

CRP-17 (RN):

Chapa 11: Mobilização para Construção



No CRP da 1ª Região (CRP-1) há, ainda, consulta para escolha dos gestores das suas quatro seções, onde concorrem os seguintes grupos:

- Roraima: Grupo Um novo olhar II
- Amazonas: Grupo Psicologia: cuidado e cidadania
- Grupo Inovação
- Rondônia: Grupo Integração
- Acre: Grupo Cuidando da Profissão no Acre

Campanha contra redução da maioridade penal: entidades resgatam pensamento

Se não vejo na criança, uma criança,
é porque alguém a violentou antes; e
o que vejo é o que sobrou de
tudo o que lhe foi tirado.

Herbert de Souza
Betinho

Entidades da Psicologia contra
a redução da maioridade penal!

Conheça as 10 razões da Psicologia contra a redução da maioridade penal
no www.pol.org.br



ABRANEP - Associação Brasileira de Neuropsicologia
ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABOP - Associação Brasileira de Orientação Profissional
ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental
ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social
ABRAP - Associação Brasileira de Psicoterapia
ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
ABPMc - Associação Brasileira de Psicologia em Medicina Comportamental
ABRAP - Associação Brasileira de Psicologia do Esporte
ABPP - Associação Brasileira de Psicologia Política
CONEP - Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia
CFP - Conselho Federal de Psicologia
FENAPSI - Federação Nacional dos Psicólogos
IBAP - Instituto Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento
SBPD - Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento
SBPOT - Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
SOBRAPA - Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura

Com intensa mobilização contra a redução da maioridade penal no Brasil, diversas entidades que compõem o Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira, o FENPB, lançam neste mês a campanha “Entidades da Psicologia em campanha contra a redução da maioridade penal!”. Resgatando o pensamento do sociólogo falecido em 1997, Herbert de Souza, o Betinho, do Instituto Ibase – “Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes; e o que vejo é o que sobrou de tudo o que lhe foi tirado” – as entidades deflagraram a campanha contra a redução da maioridade penal.

Assinam a campanha contra a redução da maioridade penal as seguintes entidades da Psicologia brasileira:

- Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP
- Associação Brasileira de Orientação Profissional – ABOP
- Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental – ABPMc
- Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP
- Associação Brasileira de Neuropsicologia – ABRANEP
- Associação Brasileira de Psicoterapia – ABRAP
- Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE
- Associação Brasileira de Psicologia do Esporte – ABRAPEEP
- Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO
- Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP
- Conselho Federal de Psicologia – CFP
- Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia – CONEP
- Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI
- Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica – IBAP
- Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento – SBPD
- Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar – SBPH
- Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho – SBPOT
- Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura – SOBRAPA

ção da maioridade penal: mento do sociólogo Betinho

Conheça as 10 razões da Psicologia contra a redução da maioridade penal:

1. A adolescência é uma das fases do desenvolvimento dos indivíduos e, por ser um período de grandes transformações, deve ser pensada pela perspectiva educativa. O desafio da sociedade é educar seus jovens, permitindo um desenvolvimento adequado tanto do ponto de vista emocional e social quanto físico;

2. É urgente garantir o tempo social de infância e juventude, com escola de qualidade, visando condições aos jovens para o exercício e vivência de cidadania, que permitirão a construção dos papéis sociais para a constituição da própria sociedade;

3. A adolescência é momento de passagem da infância para a vida adulta. A inserção do jovem no mundo adulto prevê, em nossa sociedade, ações que assegurem este ingresso, de modo a oferecer – lhe as condições sociais e legais, bem como as capacidades educacionais e emocionais necessárias. É preciso garantir essas condições para todos os adolescentes;

4. A adolescência é momento importante na construção de um projeto de vida adulta. Toda atuação da sociedade voltada para esta fase deve ser guiada pela perspectiva de orientação. Um projeto de vida não se constrói com segregação e, sim, pela orientação escolar e profissional ao longo da vida no sistema de educação e trabalho;

5. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propõe responsabilização do adolescente que comete ato infracional com aplicação de medidas socioeducativas. O ECA não propõe impunidade. É adequado, do ponto de vista da Psicologia, uma sociedade buscar corrigir a conduta dos seus cidadãos a partir de uma perspectiva educacional, principalmente em se tratando de adolescentes;

6. O critério de fixação da maioridade penal é social, cultural e político, sendo expressão da forma como uma sociedade lida com os conflitos e questões que caracterizam a juventude; implica a eleição de uma lógica que pode ser repressiva ou educativa. Os psicólogos sabem que a repressão não é uma forma adequada de conduta para a constituição de sujeitos sadios. Reduzir a idade penal reduz a igualdade so-

cial e não a violência - ameaça, não previne, e punição não corrige;

7. As decisões da sociedade, em todos os âmbitos, não devem jamais desviar a atenção, daqueles que nela vivem, das causas reais de seus problemas. Uma das causas da violência está na imensa desigualdade social e, conseqüentemente, nas péssimas condições de vida a que estão submetidos alguns cidadãos. O debate sobre a redução da maioridade penal é um recorte dos problemas sociais brasileiros que reduz e simplifica a questão;

8. A violência não é solucionada pela culpabilização e pela punição, antes pela ação nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e econômicas que a produzem. Agir punindo e sem se preocupar em revelar os mecanismos produtores e mantenedores de violência tem como um de seus efeitos principais aumentar a violência;

9. Reduzir a maioridade penal é tratar o efeito, não a causa. É encarcerar mais cedo a população pobre jovem, apostando que ela não tem outro destino ou possibilidade;

10. Reduzir a maioridade penal isenta o Estado do compromisso com a construção de políticas educativas e de atenção para com a juventude. Nossa posição é de reforço a políticas públicas que tenham uma adolescência sadia como meta.

Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia: um ator importante

O FENPB é hoje um ator importante no campo da Psicologia. Como Fórum é um espaço de encontro e debate entre diversas entidades nacionais da Psicologia brasileira, que, juntas, buscam uma intervenção forte em prol do fortalecimento do lugar social da Psicologia em nossa sociedade.

O FENPB congrega 20 entidades nacionais da Psicologia.

A Biblioteca Virtual da Psicologia é de responsabilidade deste Fórum. O Congresso Ciência e Profissão também.

Conheça mais sobre o FENPB no *site* www.fenpb.org.br



O fim possível

O Conselho Federal de Psicologia está trazendo à tona a discussão sobre os sistemas prisionais. Com o nome de Frente Mundial contra Presídios, o movimento ganha corpo e deve realizar, nos dias 25 e 26 de outubro, um Seminário cujo tema será “O fim possível para as prisões”.

De acordo com a psicóloga mineira Fernanda Otoni, “este momento é crucial para esta discussão: estamos caminhando em escala mundial para o conceito de segurança máxima, tolerância mínima. E o efeito disso, temos visto, é, cada vez mais, a segregação daqueles que são identificados como os tipos perigosos”, ela diz.

“E esses, assim reconhecidos, temos visto que são quase sempre os excluídos socialmente. Essa mentalidade de segregação acaba por eliminar todas as possibilidades que teríamos de um política pública cidadã”, reflete.

“Para que servem as prisões?”, questiona, de outro lado, a psicóloga Cristiane Barreto. “Qual foi a sua finalidade primeira e a que servem suas estruturas e condições atuais?”. Segundo a psicóloga, o sistema prisional, como o temos e como o conhecemos hoje, rechaça pessoas de construir laços sociais. “Condenamos uma parcela das pessoas, como se isso fosse nos proteger do pior, da violência. Mas, na verdade, estamos fomentando a violência, ao condenarmos seres humanos a um estado lastimável”, diz Cristiane.

Mobilização – O Seminário “O fim possível para as prisões” está em fase de estruturação. Esse evento deve ser o espaço de incentivo às discussões contra os cárceres, no sentido de se questionar sua atual forma e de se refletir sobre o processo de produção da responsabilização e resolução de conflitos fora do Sistema Judicial. “Nosso esforço deve caminhar também na direção de uma desconstrução de valores hegemônicos sobre o sistema de punição e exclusão que temos hoje, colocando em questão também os institutos penitenciários”, diz o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira.

Prévia – Num primeiro passo para o Seminário que acontece no segundo semestre, a Frente realizou, em abril, em Minas Gerais, um Painel com debate público sobre as “Perspectivas Críticas em relação às Prisões”. O evento foi o espaço para esclarecimento das vertentes críticas ao Sistema Prisional vigente hoje no país e para a organização do debate a ser feito com a sociedade.

“Hoje temos periferias crescendo por todos os lados. Ou isto se resolve ou isto vai explodir. E, certamente,

não é com mais prisões, com o endurecimento das leis penais, que isto vai se resolver”, diz a coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos, Esther Maria Arantes, que conclui: “continuamos não reconhecendo a humanidade de parcelas da sociedade. E isso não é apenas no Brasil. Estamos presenciando, neste momento, o que está acontecendo na Europa, com os jovens pobres das periferias se revoltando. Periferia que continua excluída e que, por isso, se revolta contra aquilo que considera intolerável: ser definida como escória da humanidade”.



para as prisões

“Estamos propondo um debate contra manicômios e, principalmente, contra as prisões, em função do que é sabido: sua previsão não se cumpriu. Seu fim, que seria a pretensa recuperação do preso, não se cumpriu. Ao contrário, ela produz cada vez mais o aumento da violência, produz uma legião de excluídos, que, se consegue driblar esse turbilhão, não consegue sua inserção social. Precisamos tentar encontrar outras saídas para o enfrentamento da violência. Vamos buscar outras formas para a convivência daqueles que são iguais em direitos”, diz Fernanda Otoni.



Possíveis eixos para o Seminário:

- Para quê servem as prisões?
- O Sistema Prisional no mundo;
- O avesso da liberdade: dos gregos aos contemporâneos;
- Subjetividade e conflito social: crime e prisão;
- Espetáculo: a construção midiática;
- A produção da responsabilidade: uma resposta à sociedade do risco;
- Entre o crime e o criminoso: o Estado;
- Os riscos e a gestão dos riscos;
- A relação com o outro: estamos condenados com a liberdade;
- Criminologia crítica e a questão das prisões;
- Resolução dos conflitos sem sanção penal;
- Encarceramento da juventude;
- O vínculo como recurso para a produção de responsabilidade e de liberdade: experiências.

...Para saber mais:

Em 2005 havia, aproximadamente, 361 mil presos no país. Há 144 penitenciárias só no estado de São Paulo. 4.900 novos presos adentram ao Sistema, por mês. R\$686,00 é o custo de um presidiário, por mês. 1 bilhão e 100 milhões é o orçamento do Sistema Penitenciário, só do estado de São Paulo, no Brasil.

Portal CREPOP está no ar!

Lançado no V CONPSI, em maio desse ano, o portal torna públicas as ações do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas em todo o Brasil. O site disponibiliza, em suas seções, informações e dados sobre as áreas temáticas em investigação, para a atuação profissional; traz relevantes informações sobre as pesquisas em andamento; bancos de dados; notícias; agenda; concursos; dentre outros.

O CREPOP publicou no site, no dia 04 de julho, a quinta pesquisa sobre prática profissional - direcionada aos/as psicólogos/as que atuam no Sistema Prisional brasileiro.

Também estará disponível no site, a partir do dia 27 de agosto próximo, o documento final de Diretrizes para Atuação do/da Psicólogo/a no CRAS/SUAS.

Cadastre-se no site <http://crepop.pol.org.br> e participe deste processo de construção coletiva que é o CREPOP!



20 anos de luta por sociedade sem manicômios

Em dezembro deste ano, completam-se 20 anos do II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, momento que marcou o início da Luta Antimanicomial brasileira.

No mês de dezembro de 1987, na cidade de Bauru, São Paulo, 250 manifestantes, dentre usuários e trabalhadores de saúde mental, foram para as ruas, de faixas em punho e palavras de ordem, gritando por uma sociedade sem manicômios. De lá para cá, o movimento evoluiu e fez história. 20 anos passados, o Conselho Federal de Psicologia, ao lado do Movimento da Luta Antimanicomial, com o apoio da Prefeitura da cidade de Bauru e da Universidade Estadual Paulista realizará, no mês de dezembro deste ano de 2007, o Encontro Nacional “20 anos de Luta por uma sociedade sem manicômios”, para fazer um balanço dos 20 anos de trajetória desta luta.

“Este evento pretende recolocar a radicalidade à Reforma Psiquiátrica”, diz o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira. “O Movimento da Luta Antimanicomial é o sal da Reforma Psiquiátrica, deu o tom para essa Reforma no país. No mundo inteiro, muitas reformas acontecem, mas sem radicalizarem, sem o raciocínio de que a exceção é, muitas vezes, cruel. Mas, no Brasil, optamos pela radicalidade. Começamos a caminhada dizendo não a esta forma de exclusão que são os manicômios. E, nisso, a Carta de Bauru, editada naquele longínquo dezembro de 1987, que vamos retomar agora, mostra-se muito atual, porque rechaça o manicômio, essa forma pior de exclusão”, diz Marcus Vinícius.

O Encontro “20 anos de luta por uma sociedade sem manicômios” pretende fazer um resgate do movimento antimanicomial no país e ser também um *locus* para se acolherem narrativas de usuários, trabalhadores e militantes da luta antimanicomial, com o objetivo de aprofundar a ideologia “por uma sociedade sem manicômios!”. Para isso, o Encontro terá *site* próprio, a ser hospedado dentro do portal da Psicologia –

www.pol.org.br – que deve entrar no ar em breve, para inscrição de trabalhos, narrativas históricas do tema, a serem apresentadas em Bauru, nos dias 5 a 7 de dezembro, data prevista para o evento.

Expectativa – Em Bauru, começam as movimentações para as comemorações dos 20 anos da Carta de Bauru. “A prefeitura da cidade abre com saudosismo essa comemoração”, diz o Secretário Municipal de Saúde, Mário Ramos de Paula e Silva. “Estamos fazendo um resgate dos 20 anos do Movimento da Luta Antimanicomial no Brasil porque foi aqui, nesta cidade, que teve origem esse processo de luta. Naquela época, em 1987, a grande dificuldade era articular um serviço público com modelo acadêmico, universitário, e articular o que acabou sendo o NAPS – Hospital Dia, o primeiro Hospital Dia no Brasil. Aqueles idos de 1987 eram intensos, tendo em vista a reconstrução da democracia, a abertura de canais e tudo o que se escreveu naquela ocasião, que acabou se transformando em letra, com a Constituição de 1988. Agora, 20 anos passados, enxergamos este como um momento extremamente importante, como o grande desafio de implementar a rede de saúde mental em busca da efetivação da inserção social e da cidadania”, completa.

O Encontro Nacional “20 anos em luta por uma sociedade sem manicômios” vai levar, à cidade de

A cidade de Bauru, em São Paulo, foi o berço da luta antimanicomial.



Por uma sociedade sem manicômios

Bauru, o debate sobre as práticas, mas será também um momento de integração cultural, com shows e teatros, buscando a reaproximação de todos os atores desta que, de luta, passou a ser uma política pública do próprio governo federal – a Reforma Psiquiátrica.

“Há vinte anos não tínhamos idéia do que poderia ser a Reforma Psiquiátrica”, diz o psiquiatra Roberto Tykanori. “O evento de Bauru foi por demais inusitado. Seu lema foi uma chamada para uma sociedade sem manicômios, o que, convenhamos, há 20 anos, quase ninguém conseguia entender! Reunimos pouco mais de 200 pessoas e saímos às ruas com palavras de ordem.

E nos diziam: ‘quê sociedade é esta que vocês querem???’. Lá em Bauru começamos a defender essa idéia, que se difundiu e hoje se tornou uma das políticas mais discutidas no Congresso Nacional”, afirma.

De acordo com Celso Zonta, doutor em Psicologia Social e prof. da UNESP/Bauru, “este é um momento de dupla dimensão. Em 2007, vamos fortalecer as organizações que trabalham com saúde mental e vamos avançar na luta”.

Portanto, em dezembro, todos a Bauru!

Memória – Veja o que foi o Manifesto de Bauru, documento revolucionário, publicado em dezembro de 1987, que o Conselho Federal de Psicologia está reeditando agora:

Manifesto de Bauru

Um desafio radicalmente novo se coloca agora para o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. Ao ocuparmos as ruas de Bauru, na primeira manifestação pública organizada no Brasil pela extinção dos manicômios, os 350 trabalhadores de saúde mental presentes ao II Congresso Nacional dão um passo adiante na história do Movimento, marcando um novo momento na luta contra a exclusão e a discriminação.

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos.

O Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que impõe e sustenta os mecanismos de exploração e de produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada.

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida.

Organizado em vários estados, o Movimento caminha agora para uma articulação nacional. Tal articulação buscará dar conta da Organização dos Trabalhadores em Saúde Mental, aliados efetiva e sistematicamente ao movimento popular e sindical.

Contra a mercantilização da doença!

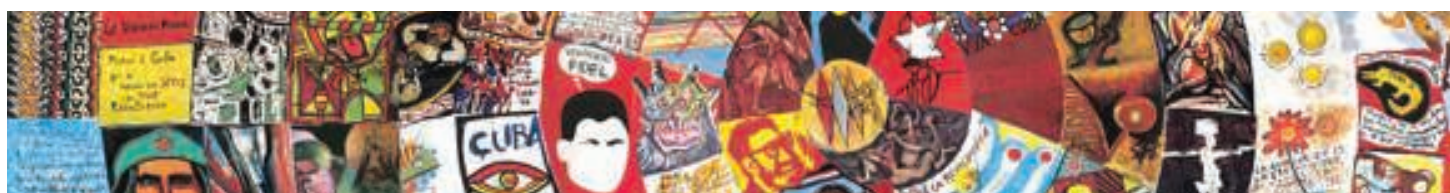
Contra a mercantilização da doença; contra uma reforma sanitária privatizante e autoritária; por uma reforma sanitária democrática e popular; pela reforma agrária e urbana; pela organização livre e independente dos trabalhadores; pelo direito à sindicalização dos serviços públicos; pelo Dia Nacional de Luta Antimanicomial em 1988!

Por uma sociedade sem manicômios!

Bauru, dezembro de 1987 - II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental



II Congresso da ULAPSI



A União Latino-americana de Entidades de Psicologia - ULAPSI promoverá, entre os dias 12 e 14 de setembro deste ano, seu II Congresso Latino-americano de Psicologia, em Havana, Cuba, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB.

A cidade de Havana será o lugar de encontro de psicólogos latino-americanos para trocar experiências e projetos. A ULAPSI convida a todas as entidades e a todos os interessados a participarem deste espaço de diálogo aberto e de reconhecimento mútuo, um espaço destinado a debates, compreensão e intercâmbio de experiências.

“Por uma Psicologia com todos e para o bem de todos” é o lema que convida a pensar e fazer a Psicologia com compromisso latino-americanista. O congresso quer somar-se à luta por uma identidade latino-americana, pela defesa dos direitos das mulheres e dos

homens deste continente, pelo pleno desenvolvimento da infância e da família.

Algumas linhas temáticas farão parte do Congresso, como a Psicologia na América Latina; a Psicologia ante os efeitos da globalização; os cenários sociais, econômicos e políticos em que se realiza a profissão de psicólogo; ciência, profissão e compromissos sociais da Psicologia latino-americana; educação, instrução e desenvolvimento; problemas técnicos, instrumentais e de operações básicas de práticas profissionais da Psicologia; dentre outros.

A união e a integração da Psicologia e dos psicólogos latino-americanos é o principal objetivo da ULAPSI, composta por 54 entidades de 11 países, que desenvolvem projetos de uma envergadura considerável, atendendo sempre à complexidade das dimensões dos solos geográficos e também à complexidade das dimensões econômicas, políticas, culturais e lingüísticas de cada país.

Mais informações sobre este evento no

<http://www.ulapsi.org>

Publicações do CFP:



III Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas

O III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, “Identidade Profissional e Políticas Públicas: o diálogo corporativo com o Estado”, realizado em maio de 2005, discutiu o fortalecimento e a capacitação cada vez maior dos psicólogos para poderem contribuir com a construção, o controle e o desenvolvimento

das políticas públicas no país.

Buscando contribuir para o desenvolvimento de vários aspectos do tema, o CFP lançou a publicação “III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas”, com o intuito de introduzir um novo aspecto nesse debate: a importância da sistematização das informações.

Disponível no www.pol.org.br para download.



Questão da Terra: Desafios para a Psicologia

Realizar o Seminário Nacional “A Questão da Terra: desafios para a Psicologia” significou o rompimento da Psicologia com a sua tradição elitista, colocando-se no campo das ciências que buscam estar aliadas às necessidades dos brasileiros e estar na luta por melhores

condições de vida.

Os grandes temas dos debates do evento foram: a subjetividade constituída nas relações com a terra; a questão da terra como desafio para a Psicologia; e a luta pela terra ou um lugar no mundo. O relatório, disponível agora para download no www.pol.org.br traz a transcrição dos debates feitos à época.

Regulamentação da Medicina

Os Conselhos de Psicologia estiveram na luta contra o Projeto de Lei 25/2002, antigo PL do Ato Médico. Foram entregues ao Congresso 1 milhão de assinaturas, colhidas conjuntamente com outras profissões da área da saúde que, como os psicólogos, consideravam o projeto um retrocesso nas conquistas da área no sentido da interdisciplinaridade. O projeto ainda retrocedia nas concepções de atendimento à saúde, ao pensá-la prioritariamente como atendimento médico. Toda essa luta resultou no arquivamento do PL. Hoje, tramita em seu lugar o PL 7703/06, que propõe a regulamentação da Medicina. O projeto já foi aprovado no Senado Federal e agora tramita na Câmara dos Deputados, onde recebeu mais de 60 emendas.

Agora, o Sistema Conselhos já tem posição sobre este PL. A Plenária da APAF, de maio deste ano, definiu posição que foi tirada após discussões nas plenárias dos 16 CRPs e análise das emendas propostas pelos deputados ao PL. As emendas foram analisadas uma a uma e as decisões foram tomadas com a presença dos representantes do CRPs e do CFP.

O Sistema Conselhos definiu que não será favorável ao projeto como ele está hoje na Câmara; no entanto, algumas emendas respondem aos interesses da área da saúde e de suas conquistas e devem ser apoiadas.

“Não é o fim da luta, no entanto”, diz a presidente do CFP, Ana Mercês Bock. “Precisamos ficar atentos, porque as emendas serão apreciadas e podem ou não ser aprovadas.”

Preocupa ainda ao CFP o fato de que, em alguns estados e em algumas instituições importantes, como o Hospital das Clínicas/USP, algumas medidas têm sido tomadas na direção do antigo e superado PL do Ato Médico.

“Os psicólogos vão retomar os contatos com o grupo que formou o ‘Diga não ao Ato Médico’, para apresentar a sua posição e convidá-los a rearticular o conjunto de Conselhos Profissionais para acompanhar a votação das emendas e fazer gestões junto a governos e instituições para que não haja risco de o Ato Médico entrar pela ‘porta do fundo’”, afirma a presidente Ana Bock.

Veja os trechos do projeto que contém as emendas apoiadas pelos Conselhos de Psicologia

O projeto na íntegra está disponível no www.pol.org.br:

Projeto de Lei nº 7.703/2006

Dispõe sobre o exercício da Medicina.

Art. 2º O objeto da atuação do médico é a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com o melhor de sua

capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Parágrafo Único. O médico desenvolverá suas ações profissionais no campo da atenção à saúde para:

- I – a promoção, a proteção e a recuperação da saúde;
- II – a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças;
- III – a reabilitação dos enfermos e portadores de deficiências.

Parágrafo Único. O médico desenvolverá suas ações profissionais no campo da atenção à saúde, em consonância com a Política Nacional de Saúde Pública e sua regulamentação e normas, para: (Vanessa Grazziotin).

Art. 4º São atividades privativas do médico:

- I – formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica;

I – formulação do diagnóstico médico e respectiva prescrição médico-terapêutica (Índio da Costa).

- V – definição da estratégia ventilatória inicial para a ventilação mecânica invasiva, bem como as mudanças necessárias diante das intercorrências clínicas;

V – supervisão da estratégia ventilatória inicial para ventilação mecânica invasiva, bem como das mudanças necessárias diante das intercorrências clínicas (Gorete Pereira).

- XI – determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico;

XI – determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico médico (Gorete Pereira, Índio da Costa e Vanessa Grazziotin).

§ 1º Diagnóstico nosológico privativo do médico, para os efeitos desta Lei, restringe-se à determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por no mínimo 2 (dois) dos seguintes critérios:

- I – agente etiológico reconhecido;
- II – grupo identificável de sinais ou sintomas;
- III – alterações anatômicas ou psicopatológicas.

§ 1º O diagnóstico médico, privativo do médico, para os efeitos desta Lei, restringe-se à determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por no mínimo dois dos seguintes critérios: (Índio da Costa).

§ 7º O disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de Educação Física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de Radiologia.

Acrescente-se o termo “acupunturista” ao §7º, do art. 4º, do PL 7703/2006 (Gorete Pereira e Edgar Moury).

Psicólogos na luta pela qualidade dos serviços em saúde; por relações horizontalizadas entre os profissionais de saúde como forma de valorização de todas as contribuições profissionais na área; por uma concepção de tratamento de saúde que não se restrinja ao tratamento médico!

Processos Éticos

Processo Ético-profissional

CFP nº 2360/06 – Origem: CRP-13

Arquivamento

Ementa – Processo Ético-profissional. Recurso interposto.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento

Decisão CFP: Mantida

Data do julgamento: 30/03/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Processo Ético-profissional

CFP nº 263/06 – Origem: CRP-06

Advertência

Ementa – Processo Ético-profissional. Incidência do art.

2º, alínea “b”, e do art. 19 do Código de Ética.

Decisão CRP: Advertência

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 01/12/06

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Processo Ético-profissional

CFP nº 3118/06 – Origem: CRP-08

Censura Pública

Ementa – Processo Ético-profissional. Infringência ao art.

38, alínea “d”, do Código de Ética.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Mantida

Data do julgamento: 01/06/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Processo Ético-profissional

CFP nº 1809/06 – Origem: CRP-06

Advertência

Ementa – Recurso contra Decisão do Conselho Regional, que determinou a aplicação da pena de Advertência.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Advertência

Decisão CFP: Mantida

Data do julgamento: 30/03/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Processo Ético-profissional

CFP nº 5245/05 – Origem: CRP-06

Censura Pública

Ementa – Processo Ético-profissional. Incidência do art.

1º, alíneas “c” e “d”, e do art. 2º, alíneas “f” e “n”, do

Código de Ética.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Censura Pública

Data do julgamento: 01/12/06

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Processo Ético-profissional

CFP nº 5125/05 – Origem: CRP-06

Ementa – Processo Ético-profissional. Recurso. Infringência ao art. 1º, alínea “c”, e art. 19ª do Código de Ética.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Censura Pública

Data do julgamento: 01/12/06

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Processo Ético-profissional

CFP nº 2220/06 – Origem: CRP-06

Advertência

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional, que determinou a aplicação da pena de Censura Pública.

Recurso conhecido e parcialmente provido.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 30/03/07

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Processo Ético-profissional

CFP nº 698/06 – Origem: CRP-06

Advertência

Ementa – Processo Ético Profissional. Violação do Princípio Fundamental, constante do inciso I, e do art. 1º, “c”, art. 2º, letra “m”, e art. 19, do Código de Ética. Recursos conhecidos e improvidos.

Decisão CRP: Advertência

Decisão CFP: Mantida

Data do julgamento: 06/10/06

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Processo Ético-profissional

CFP nº 2460/06 – Origem: CRP-06

Advertência

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional, que determinou a aplicação da pena de Censura Pública.

Recurso conhecido e parcialmente provido.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 30/03/07

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Processo Disciplinar Ordinário

CFP nº 2772/05 – Origem: CRP-06

Multa

Decisão CRP: Multa de 5 anuidades

Decisão CFP: Multa de 1 anuidade

Data do julgamento: 01/06/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Processo Disciplinar

CFP nº 2771/06 – Origem: CRP-05

Suspensão da função de Conselheiro e impedimento de exercê-la pelo prazo de três anos

Ementa – Processo Disciplinar.

Decisão CRP: Suspensão da função de Conselheiro e impedimento de exercê-la pelo prazo de três anos

Decisão CFP: Mantida

Data do julgamento: 01/06/07

Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

VI CNP e as diretrizes para o próximo triênio

Psicologia e direitos humanos, ética, diversidade sexual, violência e outros assuntos foram discutidos durante os três dias do VI CNP

Entre os dias 14 e 17 de junho, aconteceu, em Brasília, o VI Congresso Nacional de Psicologia. No VI CNP foram definidos os rumos da Psicologia para o próximo triênio.

Na abertura do evento a execução do Hino Nacional na sanfona deu o tom do evento.

Neste ano, participaram da abertura do CNP diversos representantes do Poder Público, como o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi; o Secretário Nacional da Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, Roberto Costa Guimarães; a representante do Ministério da Educação, diretora de Modernização e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior, Iguatemy Lucena Martins; e o representante do Ministério da Saúde, o Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria de Atenção a Saúde, Pedro Gabriel Delgado.

Também participaram do evento a Secretária do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, Cristina Joly; a deputada distrital Érika Kokay; o Coordenador Executivo do Observatório das Favelas, Fernando Lannes; o Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura - SOBRAPA, Delvo Ferraz; o Coordenador da Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia - CONEP, Leonardo Bastos; a representante da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE, Beatriz Belluzzo; e a representante da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP, Maria da Graça Victor.

Debate - o maior objetivo do VI CNP foi aprovar as diretrizes para a atuação dos Conselhos de Psicologia no triênio 2007/2010, a partir da apreciação das teses, que são propostas pela categoria a partir dos eventos preparatórios, pré-congressos e Congressos Regionais. Este CNP contou com a participação de quase seis mil psicólogos em todo o país e foram mais de 500 teses

construídas. O VI CNP apreciou as 146 que tiveram aprovação nos 16 Congressos Regionais. 145 delegados estiveram em

Brasília nos dias do VI CNP, trabalhando na discussão e apreciação das teses. José Novaes, delegado pelo CRP do Rio de Janeiro, afirma “que o Congresso tem um papel importante para a Psicologia, pois, nele, são determinados quais serão os trabalhos que as novas gestões do Sistema Conselhos vão realizar durante os próximos três anos”.

Maria da Graça Gonçalves, delegada pelo CRP de São Paulo, afirma que “as teses trouxeram para a discussão diversos assuntos que dizem respeito à Psicologia e, analisadas, expressam o projeto de profissão que o Sistema Conselhos possui, hoje.”

Os assuntos tocaram várias áreas, temas e clientelas da Psicologia, como Psicologia Educacional, saúde, Saúde Mental, Psicologia Jurídica, Avaliação Psicológica, Ética Profissional, criança e adolescentes, idosos, questões de gênero, orientação sexual, indígenas, questão racial, Sistema Prisional. Direitos Humanos teve seu lugar importante no VI CNP, assim como a Democratização da Comunicação e as Políticas Públicas, com a valorização do CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Poucas questões foram polêmicas a ponto de dividir o plenário: uma delas foi a participação dos estudantes no processo do CNP. Depois de amplamente debatido o assunto, o VI CNP reafirmou decisões anteriores de que os estudantes participam no Congresso a partir de representações indicadas pela CONEP e têm, como todos os convidados, direito a voz apenas nos grupos de trabalho. Na plenária não têm direito a voz e nem a voto, pois neste lugar se pronunciam e votam apenas os delegados eleitos nas bases dos conselhos regionais de Psicologia. Outro assunto polêmico foi o registro de especialistas e, de novo, o plenário do VI CNP reafirmou a manutenção do registro como uma possibilidade para os psicólogos que se especializaram. Ficou mantida a disposição de esclarecer e informar à categoria e debater seu aprimoramento e o impacto sobre a profissão.



**A Plenária
do VI CNP
aprovou 13
Moções e 85
teses.**



Democracia e subjetividade social dos sujeitos democráticos

Democracia e Subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos. Este é um desafio posto à profissão. Como pensar a questão democrática, não apenas nos seus aspectos políticos, mas, sobretudo, do ponto de vista de como a igualdade teórica de direitos não se reflete na prática relacional, impactando na subjetividade humana, que se nutre, nesse contexto, dos conceitos de subalternidade entre grupos, a partir das desigualdades de classe? O que pensar da construção dos sujeitos, na vertente da democracia? Nesse debate, como pensar aspectos teóricos, relacionados às políticas públicas, às manifestações artísticas, tudo sempre num sentido crítico e inovador? Esses conceitos, sem dúvida, estão na perspectiva do debate posto à Psicologia.

Qual a contribuição da Psicologia para o debate sobre democracia?

A questão democrática é um desafio. Está além dos direitos dos indivíduos na esfera formal. É preciso avançarmos na democratização da sociedade, das relações entre os cidadãos. É preciso democratizar as relações entre os cidadãos.

“O Brasil construiu uma estrutura baseada no elitismo, na hierarquia, uma estrutura precisa que interfere na relação dos sujeitos na sociedade, que aprisiona as relações numa estrutura muito tradicional. Precisamos debater isso”, diz o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira.

Para contribuir com essas reflexões, no segundo semestre deste ano, o Conselho Federal de Psicologia vai realizar o Seminário Nacional “Democracia e Subjetividade – a produção social dos sujeitos democráticos”, que pretende aprofundar o tema.

Para uma pequena introdução à temática, tão sugestiva quanto polêmica, o *Jornal do Federal* convidou o sociólogo Jessé de Souza, responsável pela introdução do tema subcidadania nas discussões sobre democracia hoje, no país.

Jornal – Jessé, esse conceito, subcidadania, é novo. O que ele nos traz?

Jessé – É preciso irmos fundo na questão, antes da definição. O que vemos, nas relações sociais, o que nos é visível, são os iguais (“...todos são iguais perante a lei...”). Mas há o invisível, o que as pessoas não percebem, porque não está na letra legal. A concepção do eu e do outro que a sociedade tem, é outra coisa. A percepção

social que o brasileiro tem, no fundo, tem a ver com a nossa desigualdade entranhada: todos nós sabemos a que classe social fulano pertence, sabemos a quem devemos apertar a mão ao cumprimentar, sabemos por causa de quem devemos mudar de calçada, ao atravessarmos a rua...A concepção do outro está na nossa cabeça. Essa é a realidade brasileira, porque, desigualdade, há em todo lugar; mas, aqui, nossa desigualdade é mais desigual...

Jornal - E por que isso?

Jessé – Em países como Alemanha e França, existe um esforço, não só do Estado, mas dos trabalhadores, das instituições, das igrejas, para que haja uma nova concepção. Nesses países podemos dizer que houve o “aburguesamento” das classes inferiores. E o que é esse aburguesamento? A aceitação da disciplina, do auto-controle e do pensamento prospectivo, que, no fundo, implicam no controle da “alma”, se assim pudermos chamar, sobre o corpo, evocando aí o que já dizia Platão, sobre o conceito de virtude.

Explico.

Essa idéia que impera no Ocidente, que passa a moldar nosso comportamento, de que a “animus” tem mais valor que o corpo, ela é arbitrária, não nos foi dada pela natureza. É uma idéia platônica, que o Ocidente aceita, de que o corpo nada vale; é a “alma” que vale. Lembrando Max Weber, o Capitalismo apropriou-se disso. Capitalizou isso. Então hoje temos dois valores: o do capital financeiro e o do capital intelectual – a “alma”. Quem tem isso, está aburguesado. Por isso temos, por exemplo, que o trabalhador “do conhecimento” recebe até 30 vezes mais do que o trabalhador de classe social mais baixa. E por quê? Porque ele, detentor do conhecimento, possui alma...o capital intelectual. O outro, que não possui esse capital, não possui nada! E é como se fosse um nada mesmo. É reconhecido assim, como um nada, um subcidadão... percebe?!

Jornal - E isso não está na lei...

Jessé – Não !... É fora da lei! O subcidadão é o corpo desprovido de alma... A sociedade brasileira o reconhece assim!

Como dizia, em países como Alemanha e França, se não for imigrante, essa figura sem alma não há. Pode ver que não há, nesses países, o trabalhador braçal, sem o capital intelectual.

de: a produção mocráticos

No Brasil, as estatísticas perdem de vista o homem que é só corpo, o subcidadão. É igual na lei, mas, na prática, não é igual.

O exemplo mais cruel que temos desse subcidadão creio que sejam as prostitutas: elas são só corpo na concepção da sociedade brasileira. Isso leva a atitudes, como as daqueles rapazes do Rio de Janeiro, que bateram na moça e depois disseram “ah, achamos que era uma prostituta...” Ah, então é prostituta? então pode!...

É sutil, percebe?!

Da mesma forma, quando a polícia invade o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, diz-se “20 morreram, 50 morreram...”. São só corpos, são os subcidadãos, são os não reconhecidos. Agora, se morre alguém da classe média, aí tem foto 3 x 4, as pessoas se sensibilizam... e por quê?! Porque as pessoas se reconhecem neste. A palavra é esta: reconhecimento. O valor social de uma pessoa precisa ser reconhecido. E reconhecimento está associado a nossa subjetividade.

Jornal - Então você acha que estamos naturalizando a desigualdade?

Jessé – Sim. Botam culpa no Estado, mas precisamos refletir melhor sobre esta questão que está aqui posta. A pobreza do nosso debate político reflete a pobreza do nosso debate teórico. Precisamos discutir mais isso no país: a ausência de capital causando estigmas sociais, as hierarquias sociais montadas, os consensos sociais que não são discutidos. Se não discutirmos isso agora, vamos continuar a reproduzir a subcidadania nos próximos 500 anos. São subjetividades dominadas... Precisamos discutir isso, o que está fora da lei, que a lei não garante. Esta é a proposta principal. O Seminário que pretendemos construir terá esse debate na linha principal.



CFP lança novas edições das revistas *Diálogos* e *Ciência e Profissão*

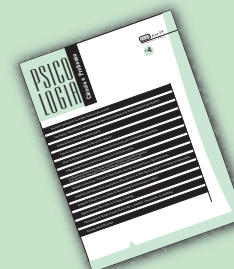
Em breve o Sistema Conselhos publica a edição de número 5 da revista *Diálogos*. Desta vez, a publicação traz a temática Psicologia Organizacional e do Trabalho, com artigos, reportagens e entrevistas a respeito do assunto. A *Diálogos* é enviada a todos os psicólogos ativos.

Já a revista *Ciência e Profissão* publica mais uma edição com diversos artigos, também em breve. Para esta revista, qualquer psicólogo pode dar a sua contribuição.

A revista propõe-se a publicar artigos científicos relativos à atuação/formação profissional do psicólogo e ao ensino de Psicologia, bem como manuscritos de reflexão crítica sobre a produção de conhecimento na área.

A *Ciência e Profissão* é distribuída em bibliotecas e universidades. Sua versão digital pode ser conferida através do www.pepsi.bvs-psi.org.br/scielo.php em pesquisa de títulos e menu alfa.

Diálogos



Diretrizes para a abordagem

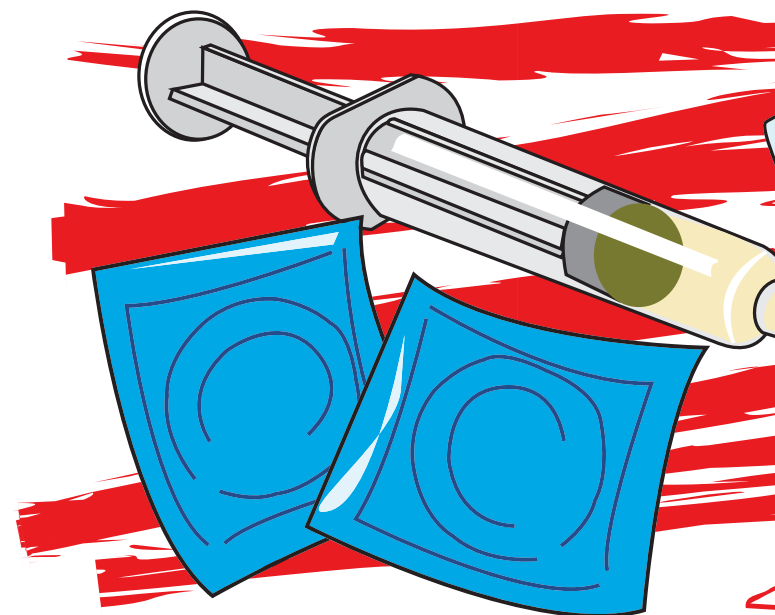
Qual deve ser a diretriz para atuação dos psicólogos, na questão das drogas? A Psicologia defende uma postura mais repressiva ou caminha para a redução de danos? Está em discussão a liberação do uso ou não? Com o tema na pauta do dia, é preciso construir referências para a profissão no Brasil.

Com a intenção de fomentar os questionamentos e essa reflexão, o CFP vai realizar, no dia 9 de agosto, na cidade de São Paulo, a reunião com assessores *ad hoc* para iniciar o trabalho de definição das diretrizes.

O encontro acontece exatamente no momento em que o Conselho passa a ter assento no CONAD - Conselho Nacional Antidrogas, o órgão máximo brasileiro que regulamenta a política sobre o uso de substâncias químicas e determina quais são drogas liberadas e quais não são e suas classificações. Cabe ao CONAD também a realização de campanhas de esclarecimento quanto às drogas e a implementação de projetos como o de dano mínimo.

“Vamos buscar diretrizes para a ação da Psicologia dentro do Plano Nacional Antidrogas, onde passamos a influir a partir da presença no CONAD, mas vamos buscar também o debate para a questão das drogas na perspectiva dos Direitos Humanos, discutindo como tem sido enfocada a questão das drogas, dos usuários e dos dependentes no Brasil”, diz a presidente do CFP, Ana Bock. “Para construirmos uma plataforma para intervir junto ao CONAD, vamos buscar a interlocução com militantes da área em questão, tendo em vista que este é um tema muito importante para o exercício da Psicologia, que precisa abrir o debate, distanciando-o da questão do costume, mas estando na linha dos Direitos Humanos”, diz o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira.

Convidado ao debate, o psicólogo e antropólogo Edward MacRae é pontual: “A questão das drogas é

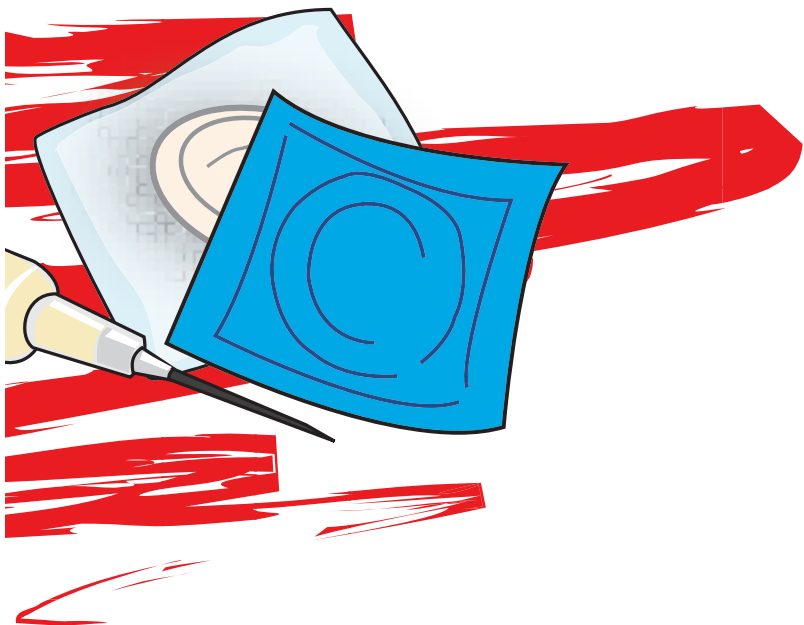


uma discussão que tem sido levada sempre se enfocando, no Brasil, a substância. O discurso dito competente é sempre da área biológica, enfocando como as substâncias atuam. Mas esta questão precisa do enfoque bio-psicossocial. Começa por aí. Nessa discussão, a abordagem psíquica e sócio-cultural tem de ter o mesmo valor da abordagem das ciências médicas. Precisamos ampliar nosso campo de debate, que normalmente fica muito restrito”.

O psiquiatra Dartiu Silveira vê, para a questão, outro problema: “Existe, no Brasil, para a questão das drogas, um enfoque excessivo na criminalização. Este é um modelo copiado do modelo norte-americano, da década de 1980, que busca, para o tratamento, a abstinência; e, para a prevenção, o ‘diga não!’. Mas, convenhamos, esse é um modelo que não funciona!... Os usuários, em sua maioria, não são dependentes. Precisamos sair dessa política repressiva, que me lembra muito a “Lei Seca” dos Estados Unidos (qual o sentido de se proibir o álcool ao usuário social?!) e avançarmos para oferecer as múltiplas possibilidades!”, reflete.

**Para constuirmos
uma plataforma para
intervirmos junto ao CONAD
vamos buscar a
interlocução com militantes
da área de
debate da questão.**

em sobre drogas – o debate



Um dos eixos a serem discutidos na linha de intervenção da Psicologia na Política Nacional Antidrogas deve perpassar certamente pela proposição de políticas de redução de danos.

Segundo a psicóloga Mônica Gorgulho, cuja experiência profissional se baseia em sua atuação em área clínica, “a redução de danos, modelo de atenção ao usuário de drogas, desenvolvido desde a década de 80 do século passado, oferece a possibilidade de uma visão crítica do problema, buscando uma compreensão ampla da situação que enfrentamos. Redução de danos

não significa, em absoluto, concordar ou não com o comportamento de usar drogas, defender ou não a legalização das substâncias consideradas proibidas pelo modelo vigente. A redução de danos não se preocupa em fazer um julgamento moral do fenômeno, mas, sim, em buscar soluções para aquilo que é apontado como uma das mais sérias questões da atualidade, tanto mais pelo seu envolvimento com a violência associada ao narcotráfico, e os problemas de saúde advindos do consumo de substâncias psicoativas”, diz.

Sobre as discussões sobre as políticas de redução de danos para usuários e dependentes, MacRae ainda nos lembra que a redução de danos é uma postura que vem sendo adotada no país também para enfrentar a disseminação da epidemia de AIDS entre usuários de drogas injetáveis e em seus parceiros sexuais. “Optando por reduzir os danos decorrentes do uso de drogas, essas políticas procuram mobilizar os recursos sociais e culturais disponíveis, para introduzir modificações nas maneiras em que ele se dá”, afirma o antropólogo.

A proposta do CFP enfatiza a necessidade de debate. Um debate importante dentro da vertente dos Direitos Humanos. “Reconhecer a pessoa do usuário de drogas e seus direitos significa reconhecer que o abuso de substâncias é um fenômeno que envolve todo o grupo social. E isso nos faz lembrar que nenhum de nós é ‘um ilha completa em si mesma’, mas, sim, ‘um pedaço do continente, uma parte da terra firme’”, fecha Mônica Gorgulho.

Projeto Memória da Psicologia: chamada para trabalhos

O Projeto Memória da Psicologia Brasileira convida estudantes e profissionais da área a apresentarem trabalhos de pesquisa visando sua publicação na Coleção “Histórias da Psicologia no Brasil”, editada pela Editora Casa do Psicólogo em associação com o Conselho Federal de Psicologia e com a supervisão editorial do Grupo de Trabalho em História da Psicologia da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia).

O objetivo da Coleção é tornar disponíveis trabalhos que abordam diferentes aspectos e tendências da Psicologia brasileira, apresentados à comunidade de estudiosos da história de nossa área, como ciência e profissão, na forma de teses de doutorado e dissertações mestrado, nos

diversos programas de pós-graduação em Psicologia existentes no Brasil.

Os interessados em submeter seus trabalhos para apreciação da Comissão Editorial devem enviar a proposta impressa e em CD-ROM (contendo título, referências do autor, resumo do trabalho (até 10 páginas), justificativa da publicação e previsão de capítulos) para o seguinte endereço: Conselho Federal de Psicologia - SRTVN Qd. 702 - Edif. Brasília Rádio Center - sl. 4024- A, Brasília, DF. Aos cuidados da Coodenadoria Técnica, COTEC.

A proposta editorial da Coleção “Histórias da Psicologia no Brasil” encontra-se disponível no: www.pol.org.br



VI Encontro Nacional da ABEP

Belo Horizonte vai sediar VI Encontro Nacional da ABEP. O evento é propício para a troca de idéias, para apresentação de trabalhos sobre formação e para debates que prometem mobilizar profissionais da área, professores, alunos e entidades.

No oitavo ano de existência da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), a cidade de Belo Horizonte vai sediar, de 06 a 09 de setembro, o VI Encontro Nacional da ABEP. O evento vai agregar docentes, instituições de ensino, estudantes e demais segmentos que compõem o processo de formação de psicólogos e professores de Psicologia, para debater essa formação no país. Estão previstas seções de comunicação de experiências de ensino, comunicação de trabalhos de graduação e de especialização, mesas-redondas sobre o futuro da Psicologia no Brasil, espaços de debate e troca de experiências entre os segmentos que compõem a entidade, além da eleição para a Diretoria da ABEP, para o biênio 2007-2009. Todas as atividades vão ocorrer nos *campi* do Centro Universitário Una. As inscrições e o envio dos trabalhos devem ser efetuados até o dia 10 de agosto, pelo *site* da ABEP.

O VI Encontro Nacional da ABEP constitui-se como um momento de encontro de todos os profissionais da Psicologia envolvidos com o tema da formação e também para os estudantes de Psicologia. Temas como estratégias bem-sucedidas de ensino, assim como mostras de trabalhos de graduação e conclusão de curso, de monografias de especialização e de pesquisas sobre o ensino e a docência em Psicologia serão pautados. O intercâmbio de idéias entre professores, estudantes e coordenadores de curso de Psicologia será amplamente estimulado através de reuniões sobre o ensino da Psicologia nos cursos de graduação, no Ensino Médio e em outras áreas. O VI Encontro da ABEP vai contemplar, da mesma forma, a realização de mesas-redondas para o debate sobre os rumos da Psicologia no Brasil. Outros temas, como a abertura de mercado para o profissional da área, vão compor a teia de debates, além de todas as pautas já trazidas à tona pela ABEP, ao longo dos anos. Aqueles que vêm se destacando através da produção de conhecimento, da militância e da articulação em prol da formação e ensino de Psicologia também ganharão destaque. Haverá a participação de vários dirigentes de entidades nacionais de Psicologia.



**Associação Brasileira de
Ensino de Psicologia - ABEP**

Para inscrições e outras informações acesse www.abepsi.org.br e veja também os boletins da entidade.

A cidade de Belo Horizonte aguarda a todos de braços abertos! Participe, mobilize-se, organize a caravana no seu curso ou local de trabalho!

Plenária vai eleger nova diretoria

O processo eleitoral, que ocorre de dois em dois anos, concomitantemente ao Encontro da ABEP, vai se dar de forma ampla e democrática. Espera-se, com isso, que os próximos integrantes que venham a assumir a Diretoria Nacional da associação possam ter respaldo e força para qualificar, cada vez mais, a formação e o ensino de Psicologia do país.

De acordo com o Estatuto da ABEP, podem se candidatar ao pleito os associados que estiverem em dia com suas obrigações de sócio.

Docência em Psicologia é destaque em Campinas

Com o objetivo de reunir profissionais e estudantes compromissados com a ação docente, buscando agregar novas contribuições para o exercício da docência em Psicologia, o Centro de Convenções da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sediou, de 28 a 30 de junho, conferências, mesas-redondas e grupos de trabalho (GT's) sobre os "Diálogos sobre a Docência em Psicologia". O evento reuniu professores e profissionais interessados na discussão sobre o ensino da Psicologia – discussão essa voltada à reflexão dos desafios apresentados pelo ofício de lecionar.

As conferências abordaram a construção e desenvolvimento do conhecimento humano. As mesas-redondas, por sua vez, visaram à ampliação do debate sobre as responsabilidades inerentes ao exercício da docência e as problematizações que devem ser feitas pelos profissionais. Já os GT's, aprofundaram as reflexões e proposições sobre os diversos níveis de ensino, pautadas nas outras duas atividades.

O evento foi resultado de uma parceria entre várias instituições, além da UNICAMP, dentre elas a USP, UNIFESP e ABRAPEE.

Mais informações podem ser encontradas nos *links* www.abepsi.org.br e www.fe.unicamp.br/docpsi

Anote aí!



V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais

Data: 31 de julho a 3 de agosto de 2007

Local: Brasília - DF - Brasil

Link: www.vjirs.com.br

I Congresso Latino-americano de Orientação Profissional da ABOP e VIII Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional e Ocupacional

Data: 16 a 18 de agosto de 2007

Local: Dall'Onder Grande Hotel - Bento Gonçalves - RS - Brasil

E-mail: abop@abopbrasil.org.br

Link: www.abopbrasil.org.br/congresso.php

I Congresso Latino-americano da SRNT e Conferência Ibero-Americana sobre Controle do Tabaco

Data: 05 a 07 de setembro de 2007

Local: Hotel Glória - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

E-mail: sntrio07@sntrio07.com.br

Link: www.sntrio07.com.br

XIX CONGRESSO ABEAD – Álcool e Drogas Cuidando dos Jovens

Data: 05 a 08 de setembro de 2007

Local: Hotel Glória - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

E-mail: abead2007@abead2007.com.br

Link: www.abead2007.com.br

VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento

Data: 07 a 09 setembro de 2007

Local: UFES - Vitória - Espírito Santo - Brasil

Link: <http://www.sbpd.org.br/cbpd2007>

VI Congresso Brasileiro de Psicologia Hospitalar

Data: 12 a 15 de setembro de 2007

Local: Blue Tree Pirâmide Natal - Natal - RN - Brasil

Link: <http://www.mkmeventos.com.br/sbphnatal>

III CIPSI – Congresso Internacional e IX Semana de Psicologia

Data: 18 a 21 de setembro de 2007

Local: Maringá - PR - Brasil

E-mail: cipsi@uem.br

Link: <http://www.cipsi.uem.br>

XIV Encontro Nacional

VII Congresso Nacional Gestalt-terapia

Data: 27 a 30 de setembro de 2007

Local: Rio Othon Hotel - Copacabana - Rio de Janeiro - Brasil

Link: www.congressonacionalgestaltrj.com.br



II Congresso Latino-americano de Psicologia da ULAPSI

Data: 12 a 14 de setembro de 2007

Local: Havana - Cuba

Link: <http://www.ulapsi.org>

X Congresso Brasileiro de Adolescência

Data: 27 a 30 de setembro de 2007

Local: Hotel Bourbon - Foz do Iguaçu - Brasil

E-mail: julio@ekipedeeventos.com.br

Link: www.adolescencia2007.com.br

XIV Encontro Nacional da ABRAPSO

Data: 31 de outubro a 03 de novembro de 2007

Local: Rio de Janeiro - Brasil

E-mail: contato@abrapso.org.br

Link: www.abrapso.org.br

XXXVII Reunião Anual de Psicologia

Data: 31 de outubro a 03 de novembro de 2007

Local: Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

E-mail: ra@sbponline.org.br

Link: www.sbponline.org.br

II Congresso Luso-brasileiro de Psicanálise

Data: 15 a 17 de novembro de 2007

Local: Hotel Pestana - Salvador - BA - Brasil

E-mail: abp@abp.org.br

Link: <http://www.abp.org.br>

IV Congresso Latinoamericano de Psicología de Salud e XI ENPAH – Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar

Data: 15 a 18 de novembro de 2007

Local: UNIP - São Paulo - SP - Brasil

Link: www.alapsabrasil.com.br

I Congresso Internacional de Esquizofrenia e Terapia Cognitiva

Data: 21 a 24 de novembro de 2007

Local: Hotel Travel Inn, Rua Borges Lagoa, 1208, Vila Mariana - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: itc@itc.web.com

Link: www.congressoesquizofrenia.com.br

Psicólogo, acesse a BVS-Psi!

A BVS – Psi é uma biblioteca virtual que trata de temas ligados a saúde e Psicologia. Ela é destinada a todos os psicólogos, que nela podem fazer pesquisas em livros, filmes, trabalhos acadêmicos e revistas.

O objetivo da biblioteca é levar a informação de forma rápida e organizada aos psicólogos e pesquisa-

dores em Psicologia. Outro objetivo da BVS – Psi é contribuir para a atualização profissional e mostrar os avanços das pesquisas científicas em Psicologia feitas no Brasil e na América Latina.

Para conhecer a BVS-Psi, acesse o endereço www.bvs-psi.org.br



BVS-ULAPSI
Unión Latino-Americana
de Entidades de Psicología

Biblioteca
virtual en salud

Por uma Conferência Nacional de Comunicação com todas as vozes, para todos os grupos



Por uma Conferência Nacional de Comunicação Social que nasça nos municípios, com a cara e as necessidades do povo brasileiro, e que represente todo o território nacional, em toda a sua diversidade. Por uma Conferência de Comunicação que seja construída com ampla discussão social e com a participação de todas as visões presentes na sociedade.



IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100

Fax: (61) 2109-0150

SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A

CEP 70.719-900 - Brasília - DF

e-mail: contato@pol.org.br

home page: www.pol.org.br



**Impresso
Especial**

100049/2005-DR/BSB
C.F.P

...CORREIOS...